Estado de Mato Grosso
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT
Campus Universitário de Pontes e Lacerda
Departamento de Letras

LÚCIA HELENA PINHEIRO DOS SANTOS NASCIMENTO

A INTERAÇÃO DO ARTIGO NO PROCESSO NORMATIVO DA MORFOSSINTAXE

B E ECA
Campus Universitar e Lacerda - MT
R . N 10271
Data 16 / 07 / 04
Doação

Pontes e Lacerda
2004

UNEMAT
Campus Universitário de Pontes e Lacerda - MT
BIBLIOTECA
Turma- 2003/2
Ex. 02

LÚCIA HELENA PINHEIRO DOS SANTOS NASCIMENTO

A INTERAÇÃO DO ARTIGO NO PROCESSO NORMATIVA DA MORFOSSINTAXE

Monografia de conclusão do curso de graduação em Letras, apresentada ao Departamento de Letras (DL) da Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus Universitário de Pontes e Lacerda, como requisito parcial para a obtenção do título de graduado em Letras.

Orientadora: Denise I. Berquó

Pontes e Lacerda

2004

Esta monografia foi apresentada e defendida perante a seguinte banca examinadora:

_____

_____

_____

Local e data da aprovação

_____

Dedico a meu esposo Reinaldo Neves do Nascimento e aos meus filhos: Maximiliano e Matheus.

AGRADECIMENTOS:

À Deus, por ter me auxiliado nos momentos difíceis ao longo desses quatro anos. Várias foram as noites e feriados que com paciência meu esposo Reinaldo e meus filhos Maxiliano e Matheus, sentiram a minha ausência.

Agradeço também aos meus colegas de classe e aos professores pelo auxílio e companheirismo. Um agradecimento especial à Profª Denise I. Berquó, pela inestimável colaboração neste trabalho.

Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva.

Machado de Assis

SUMÁRIO

RESUMO ---------- 8

INTRODUÇÃO ---------- 9

CAP. I – CONCEITOS DE LÍNGUA E LINGUAGEM ---------- 11

CAP. II – CONCEPÇÃO GRAMATICAL ---------- 15

CAP. III – DEFINIÇÃO DE MORFOLOGIA ---------- 18

CAP. IV – CONCEITO DE ARTIGO ---------- 21

CAP. V – ANÁLISE MORFOSSINTÁTICO DO ARTIGO ---------- 26

CONSIDERAÇÕES FINAIS ---------- 32

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA ---------- 33

RESUMO

A partir de questionamento e inquietude sobre as classes gramaticais, é que apresentamos o resultado de um estudo sobre artigos definidos e indefinidos, pesquisado morfologicamente nas frases e no Livro Didático.

Na primeira parte discutimos alguns aspectos históricos sobre língua e linguagem, gramática normativa, morfologia e artigos definidos e indefinidos, a partir de conceitos de estudiosos, interessado no assunto. Quanto ao aspecto histórico, enfocamos na língua e linguagem o estudo que começou na Grécia, na cidade de Alexandria, importante centro para os estudiosos da grande literatura clássica. A partir daí que surgiu as regras gramaticais, que hoje é chamada de Gramática Tradicional. Essa Gramática surgiu com objetivo de dedicar-se à língua escrita, e deixou de fora a oralidade.

Sobre a morfologia demos ênfase no aspecto histórico: como surgiu, e como se divide entre língua lexical e gramatical. E por ultimo mostramos conceitos sobre o surgimento e a importância do artigo na língua oral e língua escrita, e ainda expomos como essa classe gramatical (artigo definido e indefinido) vem sendo tratada cada vez mais confusa no Livro Didático.

Na segunda parte analisamos alguns textos com reflexões acerca do artigo definido e indefinido, voltado para morfossintaxe das palavras, destacando aspecto não explicado com clareza pela gramática tradicional.

Enfim, neste trabalho propomos para as gramáticas e para os educadores uma visão mais sintonizada com pensamentos científico contemporâneo. E que diante da confusão entre gramática e língua, que são duas coisas dependentes uma da outra, as pessoas precisam buscar novos aspectos, voltados para o mundo real dos falantes.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo a função morfossintatico do artigo, assunto tratado na gramática normativa e na lingüística, como se fosse algo estático e fechado, não compreendendo os deslocamentos que ele pode ter na língua.

Entretanto, vimos que a gramática é necessária, imprescindível, e constituinte da linguagem, mas não é suficiente para preencher todos os requisitos para atuação verbal adequada. Cabe ao professor fazer uma boa distribuição ou não, dos conteúdos gramaticais na língua escrita e oral.

Todo falante nativo de uma língua tem o direito de se expressar e conhecer o funcionamento das estruturas morfológicas de sua língua materna, oralmente ou por escrito. E quando se trata de um falante plenamente escolarizado, um falante culto, este direito torna um dever, principalmente se tem como campo profissional a educação de outros cidadãos.

A gramática oferece um campo privilegiado para o exercício das atividades de pesquisa. " *O estudo desta gramática pode ser um instrumento para exercitar o raciocínio e a observação; pode levar à descoberta de fatias dessa admirável e complexas estrutura que é uma língua natural.*" (Perini, 2002:31)

Através desse pressuposto podemos perceber que o ensino da gramática nas aulas de língua portuguesa tem representado um problema constante para professores. Muitas vezes os professores acabam não fazendo nada que seja significante para a vida do aluno. Com base nessas observações, resolvemos realizar um estudo específico, não voltado somente para os níveis sintatico semântico, mas morfologico, destacando um aspecto não explicado de forma satisfatória pela gramática tradicional, que é a maneira como o artigo definido e indefinido classifica e substantiva as palavras. Porquanto, estamos intrigados como as classes gramaticais são trabalhadas nas escolas contribuindo para que ninguém à aprecie.

Para facilitar nosso trabalho devemos, antes de mais nada, ter em mente os conceitos de língua, linguagem, gramática e de morfologia que apresentamos

como "conjunto de regras ou forma de organização de uma língua para torná-la compreensível."

Deste modo este trabalho pretende ser um conjunto de sugestões, acompanhadas de reflexões teóricas de alguns estudiosos como: Fernando de Saussure, Evanildo Bechara, Maria Laroca, Maria Helena M. Neves, Celso Cunha, Luís Carlos Travaglia, Spadoro e Paschoalin, Maria A. Perini, Maurizio Gnerre, Celso Pedro Luft, José Lemos, Rocha Lima, Flavia de Barros Carone, Mattoso Camara e Marcos Bagno.

1 – CONCEITOS DE LÍNGUA E LINGUAGEM

Que o conhecimento daquilo que se passa em nosso espírito é necessário para compreender os fundamentos da gramática; e que é disso que depende a diversidade das palavras que compõem o discurso. (Arnauld e Lancelot, 2001:29)

Mediante a este pressuposto podemos definir as palavras como sons distintos e articulados, que os homens transformaram em signos para significar seus pensamentos. É por isso que não se pode compreender bem os diversos tipos de significação que as palavras contêm, primeiramente necessitamos compreendê-las de forma explícita em nossos pensamentos, pois as palavras foram inventadas exatamente para transmitir conhecimentos inerentes a cada discurso, no entanto podemos dizer que as línguas não são apenas um código, mas uma interativa, dialógica.

Portanto, a forma de comunicação é manipulado pelo ser humano, no qual define como a linguagem e o código com sistemas de sinais pelo qual se realiza a comunicação, é chamada de língua.

Com Fernand de Saussure, a lingüistica ganha um objeto específico: a língua. Conceituada como um sistema de signos, ou seja um conjunto de unidades que estão organizadas formando um todo. Em sua definição o signo é associação entre significante e significado. Sendo fundamental observar que a imagem acústica não se confunde com o som, pois relaciona-se ao conceito de forma psíquica e não física. Dessa forma transforma-se em um processo que envolve a imagem transfigurada ao cérebro do indivíduo.

A língua para Saussure é um principio de classificação, desde que lhe demos o primeiro lugar entre os fatos da linguagem, introduzimos uma ordem natural num conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação. No entanto o processo escrito constitui algo adquirido e convencional, que deveria desta forma a linguagem designa uma faculdade humana de usar signos como objetivos de conhecimentos, portanto ele é um dispositivo que caracteriza a espécie humana, como um sujeito reflexivo, pois através da linguagem conseguimos nos tornar seres sociais racionais, participantes de uma língua a qual denominamos

uma língua histórica, porque cada língua tem suas características subordinar-se ao instinto natural, ou seja priorizar a língua oral como o núcleo para desenvolvimento escrito.

Entretanto, Bagno diz, que o estudo sobre a linguagem e língua deu-se no início com grandes escritores do passado, que são chamados " os clássicos da língua." Esses estudiosos, chamados filólogos preocupados em conservar a origem da língua, tiveram a iniciativa de formular as regras gramaticais que partir daí seriam usadas pelos grandes autores do passado.

Foi assim que surgiu a Gramática Tradicional. Ela surgiu com objetivo de dedicar-se exclusivamente à língua escrita, e deixou de fora a oralidade, mas essa atitude foi tomada para atender ao tipo de sociedade daquela época em que a cultura que dominava as letras era restrita pertencia a classe que tinha um maior poder econômico e político, isto é, a aristocracia, os quais ditavam as regras.

Segundo Maurizio Gnerre, a lingüistica histórica desenvolveu a partir da crítica do texto da "palavra escrita". Na qual os documentos escritos serviam como manual próprio de pesquisa.

Consequentemente, a escrita era um objeto interno dos lingüistas como pré requisito para sua própria existência, e não podia vir a ser um objeto de investigação externo. Porém ao surgir à dialetologia; o movimento romântico europeu, ou seja, as línguas faladas ("dialeto") tornaram-se os objetos primordiais de investigação dos lingüistas.

Segundo Luiz Carlos Travaglia, a linguagem como instrumento de comunicação levou ao estudo da língua enquanto código virtual isolado de sua utilização, uma oposição ao indivíduo em que este tem como opção apenas aceita la. Ocorre que o ensino de língua portuguesa tende a tratar a linguagem como se fosse um conteúdo em si, não como um meio para melhorar a qualidade da produção lingüistica.

Na concepção de Evanildo Bechara, a linguagem, entendida como atividade humana de falar, apresenta cinco dimensões universais: *criatividade, materialidade, semantisidade, alteridade e historicidade.*

Criatividade, porque a linguagem, forma de cultura que é, se manifesta como atividade livre e criadora, isto é, como algo que vai mais além do aprendido, que não simplesmente repete o que já foi produzido.

Materialidade, porque a linguagem é, primeiramente, uma atividade condicionada fisiológica e psiquicamente, pois implica, em relação ao falante, capacidade de utilizar os órgãos de fonação, produzindo signos fonéticos articulados, com que estabelece diferenças de significados; enquanto em relação ao ouvinte, implica a capacidade de perceber tais fonemas e interpretar o percebido como referenda ao conteúdo configurado pelo falante mediante os signos fonéticos articulados.

Semanticidade, porque a cada forma corresponde um conteúdo significativo, já que na linguagem tudo significa, tudo é semântico.

Alteridade, porque o significar originariamente é sempre um "ser com outros", próprio da natureza político-social do homem, como falantes e ouvintes.

Historicidade, porque a linguagem apresenta-se sempre sob a forma de língua, isto é, de tradição lingüistica de uma comunidade histórica.

Geralmente se ouve que a língua é imposta ao homem, tal fato não constitui uma limitação ou negação do falante; é sim a dimensão histórica da linguagem, que coincide com a própria historicidade do homem. Ou seja, a língua não é "imposta" ao homem; este "dispõe" dela para manifestar sua liberdade expressiva.

Destas cinco dimensões, podemos perceber que a criatividade e a materialidade são universais de todas as formas da cultura, pois são todas atividades criadoras que se realizam no mundo de forma material, sem o que o poderiam existir nem passar ao conhecimento dos outros membros da comunidade. A semanticidade é a "differentia specifica" da linguagem em relação às outras formas de cultura. A alteridade é o traço distintivo do significar lingüistico em relação aos outros tipos de "conteúdo" da forma de expressão.

Segundo Perini tais diferenças gramaticais acabam influenciando o processo de aprendizagem, porque o ato de aprender a ler e escrever é complexo mediante as variações lingüisticas que são marcadas pelo desenvolvimento oral, como; regional, social e individual. Essas diferenças são marcadas conforme o

momento, e o espaço social que o indivíduo está ocupando, ou seja cada situação de comunicação é imposta uma variedade própria, que é adequada em determinada situação. Compartilhando com Perine, Mattoso Camara diz que um dos percalços mais sérios que essas diferenças gramaticais têm defrontado , é o fato da enorme variabilidade da língua, pois ela varia no espaço, criando no seu território o conceito de dialetos regionais, sociais e individuais. De modo geral podemos dizer que a variedade coloquial é utilizada na fala; já a variedade padrão é própria da escrita.

Existe uma diversidade muito grande entre a fala e a escrita, conforme Mattoso Camara o estudante já vem para a escola falando satisfatoriamente, embora seja deficiente no registro formal do uso culto; o que ele domina muitas vezes é a linguagem familiar. A técnica da língua escrita, como quer que seja, o discente tem que aprender na escola. Ou seja, a sociedade nos impõe a sua língua como um código do qual nos devemos servir obrigatoriamente se desejamos que as mensagens que emitimos sejam compreendidas.

Conforme outra concepção, em (Travaglia, 1997) os usuários da língua ou interlocutores interagem através da linguagem. Enquanto sujeitos ocupam lugares sociais e comunicam-se tanto na forma oral quanto escrita, de acordo com formações estabelecidas pela sociedade. Mediante a esta afirmação a língua está subdividida em língua natural e língua artificial, a primeira é própria do ser racional, enquanto a Segunda é criada e ajustada pelos gramáticos, que correspondem aos usos das instituições escolares, conforme o segmento que a sociedade impõe.

Percebemos que entre as divergências relacionadas sobre a importância da língua escrita e oral, a instituição escolar prioriza a língua padrão, e os recursos teóricos e ideológicos. Isso ocorre através de um processo de fixação na escrita enfatizando conteúdos formais e padronizados, através de informações fragmentadas provenientes de textos escolares. Portanto, o professor deve considerar a língua falada do aluno para desenvolver uma boa competência comunicativa. Pois é fundamental descrever para o discente como é e como funciona a língua que ele utiliza, sem humilha-lo.

II – CONCEPÇÃO GRAMATICAL

Gramática normativa (Nicola e Infante, 1994) preocupa-se com as regras. Cria os critérios de "certo" e "errado" gramaticais, considerando correto aquilo que obedece ao padrão culto da língua. Este padrão é ensinado nas escolas, independente da origem social de cada estudante, causando contrastes sociais, e distância entre a língua culta e a língua popular.

Na definição de (Travaglia, 1997) gramática normativa é aquela que estuda regras a serem seguidas para organização lógica do pensamento e da linguagem. Apresenta e dita normas de bem falar e escrever, preescreve um manual com regras a serem seguidas por aqueles que querem se expressar adequadamente. Essa gramática só trata como válida a norma culta, considerando "erro" tudo, o que não está de acordo com o que é usado nessa variedade da língua. Assim também na definição de (Possenti, 2000) a gramática normativa apresenta um conjunto de regras, relativamente explícita e parcialmente coerente, que, ao ser dominado, poderão produzir como efeito o emprego da variedade padrão da língua escrita e da língua oral.

Para Evanildo Bechara, a gramática normativa é uma disciplina com finalidade pedagógica que elenca os fatos da língua escrita e oral para serem utilizadas em circunstâncias especiais do convívio social. Dessa maneira a gramática recomenda como se deve falar e escrever "correto" usando a norma padrão, conforme a sociedade impõe. Essa definição compartilha com (Paschoalin, 1996) na qual a gramática proporciona, o conhecimento das regras necessárias à utilização da fala formal, e também permite a compreensão e produção de textos expressos nessa linguagem.

Desta maneira, podemos perceber as várias questões sobre a gramática normativa e os aspectos da forma de constituição dessa gramática em relação à variedade culta escrita e padrão da língua, e de sua utilização no ensino. Pois a gramática possui normas de bom uso da língua para falar e escrever bem, entendido em um sentido de utilizar a língua apenas em sua variedade culta, padrão. Entretanto a situação de interação comunicativa muitas vezes não são levados em conta, ignoram, as características próprias da língua oral.

Portanto, o professor tem que ser um pesquisador, um profissional do seu campo de interesse, um especialista na área de atuação, para não ser mais um repetidor, sem questionamento. Este professor deve permitir que o aluno assuma sua palavra, que se torne sujeito de seu discurso. Além disso levar esse aluno a descobrir gradativamente as diferenças da língua materna com a língua padrão, sem contribuir para evasão escolar. Conforme Bagno:

> *O ensino tradicional em vez de incentivar o uso das habilidades lingüísticas do indivíduo, deixando-o expressar-se livremente para somente depois corrigir sua fala ou sua escrita, age exatamente ao contrario: interrompe o fluxo natural da expressão e da comunicação com a atitude corretiva e muitas vezes punitiva, cuja conseqüência inevitável é a criação de um sentimento de incapacidade, de incompetência*
> *(Bagno, 2001, : 107)*

Desta forma a escola impõe a norma gramatical ao aluno, descartando a língua materna no currículo da instituição. Bechara afirma que a linguagem não é apenas uma "matéria" escolar entre as outras, mas um dos fatores decisivos ao desenvolvimento integral do indivíduo. E diz ainda que *"a gramática tradicional está fundada na lógica e desprovida de toda a visão científica e desinteressada da própria língua". (Bechara, 2002: 11)*

Cabe-nos a observar que no ensino tradicional se pretende é dar regras para distinguir as formas corretas das incorretas. Esta é uma disciplina normativa muito distante da observação crítica.

Apesar de haver outro tipo de gramática, os professores ao falarem em ensino da mesma, estão pensando apenas no tipo de gramática normativa, talvez por ser tradicionalmente sugerida pela escola, ou por desconhecimento da existência dos outros tipos.

Porquanto vamos mostrar algumas gramáticas que deveriam ser trabalhadas nas escolas:

Gramática descritiva descreve e registra qualquer variedade da língua e não trabalha apenas com a variedade culta, dá preferência para a forma oral. Esta gramática é o resultado do trabalho do lingüista a partir da observação do que as

pessoas dizem ou se escrevem. Na realidade trata de explicitar o mecanismo da língua, construindo hipóteses que expliquem o seu funcionamento.

Assim como a descritiva, a gramática internalizada ou intuitiva, é um sistema de regras dominado pelos falantes que lhes permitem o uso normal da língua, ou seja é um saber intuitivo de cada falante, no qual os mesmos constróem as frases.

Possenti, define gramática internalizada como "conjunto de regras que o falante domina", refere-se aos conhecimentos que habilitam o falante a produzir frases ou seqüências de palavras de maneira tal que tornam-se compreensíveis e reconhecidas como pertencendo a uma língua.

Constantemente as pessoas identificam frases como pertencendo à sua língua, por isso é permitido supor que há em sua mente conhecimento de um tipo específico, que garantem essa estabilidade.

Diante dessas considerações, acreditamos que o responsável pelo erro ao ensinar as gramáticas, é o método pelo qual essa disciplina está sendo ensinada ao aluno. O desânimo e despreparo dos professores ao ensinar a língua portuguesa, faz o fracasso desse ensino.

Na concepção de Perini a gramática oferece um campo privilegiado para o exercício das atividades de pesquisa. "*O estudo desta gramática pode ser um instrumento para exercitar o raciocínio e a observação; pode levar à descoberta de fatias dessa admirável e complexa estrutura que é uma língua natural*". *(Perini, 2002: 31)*

Nesse sentido a gramática tem imensas potencialidades como instrumento de formação intelectual do indivíduo. Mas devemos salientar, que o professor que obedece as normas dos livros didáticos, ou seja, as regras estabelecidas pela escola tradicionalista, contribui para o erro e má qualidade do ensino.

III – DEFINIÇÃO DE MORFOLOGIA

Maria Carlota Rosa define a morfologia como um termo que provém das formas gregas "morplê, e logos, estudo, tratado". Esta definição é um fenômeno tomado como ponto de partida etimológica do vocábulo que lhe dá nome, pois é uma estratégia de longa tradição no Ocidente e nos estudos sobre diferentes áreas do conhecimento. De algum modo, morfologia se concebe da origem de uma palavra, que significa, o "estudo da forma".

Ao definir morfologia como "*um termo tradicionalmente empregado para designar o estudo das formas e palavras de uma língua*", (Laroca, 1994) refere-se como a lingüística trata das formas das palavras em diferentes usos e construções. Além disso, os lingüistas manejam a estrutura interna das palavras e seus arranjos na formação dos morfemas.

Os lingüistas dividem a morfologia em dois ramos: morfologia flexional e a lexical.

A morfologia flexional, estuda as relações entre as diferentes formas de uma mesma palavra, é uma variação morfossintatico; uma exigência da concordância nominal ou verbal, exigida da própria frase.

Já a morfologia lexical trata da estrutura das palavras e de seus processos de formação, e das relações entre paradigmas diferentes, pois as palavras relacionam-se derivacionalmente com radical por meio dos sufixos.

Entretanto, Azevedo define a morfologia como sendo palavras portadoras de significados, e pode apresentar-se na frase como unidades autônoma. Estas unidades chama-se palavras, e as menores unidades providas de significados nas quais se pode dividir-se em uma palavra chamam-se morfemas.

Sandmann, diz que o recurso principal que serve para ampliar léxico das língua, é a formação de palavras a partir dos morfemas preexistentes. O ponto de partida para formação é através dos processos chamados; derivação, sufixação e composição.

Desta forma o léxico de uma língua, segundo Carone, pode ampliar-se por empréstimos de palavras de outras línguas. Mas os recursos mais atuantes são

internos ao sistemas, sempre prontos para entrar em processo, e desencadear a formação de novas palavras.

Vemos que a palavra é um termo geral, que escolhemos para dar nome à unidade dotada de significado que vem registrada em ordem alfabética nos dicionários. Pois existem palavras lexicais que são os substantivos, os adjetivos e os verbos, e as palavras gramaticais são os artigos e as preposições. Assim temos o vocábulo que é a forma concreta com que cada palavra, seja ela lexical ou gramatical, ocorre nas frases.

Portanto a morfologia é a parte da gramática da língua que se ocupa dos morfemas e suas espécies, assim como das regras que as ordenas na construção das palavras.

O morfema lexical, é conhecido como radical, é o que serve de base a estrutura da palavra, e por isso, as vezes é seu único elemento.

Morfemas gramaticais são os que se anexam ao morfema lexical. Podem ser por afixos ou morfemas derivacionais, vogais temáticas, desinências e flexionais.

Compartilhando com Azevedo, a morfologia para Lemos representa, a melhor contribuição para análise mórfica dos vocábulo portugueses. Porém as pesquisas lingüisticas mais recentes vieram formular novas hipóteses para uma série de problemas que sempre têm desafiado os estudiosos.

O conceito de morfologia para Lemos, é a parte da gramática que descreve a forma das palavras. Os gramáticos e os lingüistas aparecem unânimes quanto a definição do conceito da mesma. Como disciplina lingüistica, trata da forma interna das palavras, mais precisamente de sua estrutura. Assim as palavras, portanto, apresentam formas e significados e, como não, costumam ser empregadas isoladamente, exercem também uma função em cada enunciado onde aparecem. *"Forma, função e significado são elementos solidários e interdependentes, de tal modo que só num plano de abstração um existe sem os outros". (Lemos,2002: 11)*

Podemos perceber que a morfologia é a parte da gramática que ocupa o sistema morfico da língua e do aspecto formal das palavras. Vimos que há na língua portuguesa um confronto entre morfema lexical e gramatical. Sendo que

para definir qualquer desses conceitos precisamos ter definido anteriormente o outro, ou seja uma "corre" paralelamente à outra para chegar a uma significação.

IV – CONCEITO DE ARTIGO

O latim clássico não possuía artigo. Esta classe de palavras só aparece nos últimos tempos do latim vulgar. Pois o artigo definido originou-se do demonstrativo illu, illa. E no português arcaico ele aparecia sob a forma lo, la, de que ainda hoje temos vestígio. Já o numeral unus desempenhava raramente a função de artigo indefinido no próprio latim clássico. Enquanto que no popular, tal emprego é freqüente, e conserva-se principalmente na linguagem.

O artigo é um vocábulo eminente átono que não pode funcionar sozinho na oração. Do ponto de vista semântico os conseqüentes resultados nas funções gramaticais, está o primordial valor atualizador do artigo, de que decorrem os demais valores contextuais. Entretanto o artigo definido identifica o objeto designado pelo nome e se liga delimitando-o, extraindo-o entre os objetos da mesma classe, como aquele que já foi conhecido do ouvinte, quer através do discurso quer pela "dêixis" quer pelo contexto idiomático, no qual a palavra é, quando não anteriormente determinada nome de conceito ou de toda uma classe de objetos. Portanto o artigo tem a função de substantivação, tanto na unidade lingüistica como na escrita.

Celso Cunha (2001) define o artigo como a palavra com variações, o, as, os; e umas, uns, uma, que se antepõem aos substantivos para indicar, que se trata de um ser claramente definido, e de um simples representante de cada espécie, isto é, de um ser indefinido ou indeterminado. Este artigo divide-se em definido e indefinido.

O artigo definido é um sinal de notoriedade, de conhecimento prévio, por parte dos interlocutores, do seu ou do objeto mencionado. Por isso o artigo caracteriza-se por ser a palavra que introduz o substantivo, indicando-lhe o gênero e o número, sendo assim qualquer palavra ou expressão antecedida de artigo se torna substantivo. Pois o artigo que faz aparecer o gênero e o número do substantivo, e permite a distinção de substantivos homônimos.

Segundo Cunha, o artigo definido na língua de nossos dias é um mero designativo. Anteposto a um substantivo comum serve para determiná-lo e apresentá-lo isolado dos outros indivíduos.

Compartilhando com Cunha, José de Nicola e Ulisses Infante, na Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa definem o artigo como a palavra que precede o substantivo, indicando-lhe o gênero e o número; ao mesmo tempo, determina ou generaliza o substantivo. Assim podemos encontrar dois tipos de artigos: "definido que determina e indica um substantivo específico, conforme a flexão de gênero e de número, assume as formas o, a, os, as; indefinido, que indica um ser dentre outros da mesma espécie. Dependendo dá flexão de gênero e de número, suas formas são: um, uma, uns, umas."

Desta maneira é importante observar, que o artigo tomado isoladamente, fora de qualquer contexto, nada significa, mas anteposto a qualquer palavra transforma-a em substantivo.

Entretanto na Gramática Normativa da Língua Portuguesa, Rocha Lima conceitua o artigo como sendo uma partícula que precede o substantivo, assim há maneira de "marca dessa classe gramatical". Em razão disso, qualquer palavra, expressão, ou frase, fica substantivada se trouxer antes de si um artigo.

Já na definição de (Luft, 1996) o artigo possui o emprego mais freqüente de função múltipla, identifica toda classe de palavras, atualizando-as na frase, classificando e substantivando as palavras. E ainda possui a função às vezes semântico, às vezes estilística na marcação do gênero. Pois o artigo definido se junta ao substantivo para indicar que se trata de um ser claramente determinado entre outras da mesma espécie, que o ouvinte ou o leitor já sabem quem é, pelas circunstâncias que cercam a enunciação da frase.

O artigo para Almeida, é a palavra variável que tem por fim individualizar. Essa individualização ou indicação pode ser feita de duas maneiras: definida ou de maneira imprecisa, indefinida.

Caracterizando ainda mais o artigo, Barros, diz que para os menos versados em questões de linguagem, não passa o artigo de modesto morfema, de pequena importância na comunicação. Os próprios falantes desconhecem o quanto esse morfema contribui, com seu poder expressivo, para a aplicação da ênfase

para a distribuição dos sentidos, para a harmonia da frase. E ainda o artigo substitui elegantemente os demonstrativos, principalmente se tem em vista anular o "caráter" dêitico daqueles pronomes.

Maria Helena de Moura Neves conceitua o emprego do artigo como sendo extremamente dependente do conjunto de circunstâncias, lingüísticas, que cercam a produção do enunciado. De um modo geral o artigo definido ocorre em sintagmas em que estão contidas informações conhecidas tanto do falante como do ouvinte. O que determina sua presença, e a intenção do falante e o modo como ele quer comunicar uma determinada experiência.

Dessa forma Siqueira procura fazer uma análise extrapolando a visão puramente gramatical dada ao artigo, na qual o autor afirma que o tratamento dado ao artigo, pela gramática está atrelado ao substantivo, inclusive sua classificação depende da forma de designação do ser como definido ou indefinido. Pois no enfoque descritivo, o artigo é considerado como uma partícula proclítica, funcionando como uma unidade formal dependente da língua. Diz ainda que o artigo é considerado como um elemento terminal do indicador sintagmático, recebendo o nome de determinante. Numa visão semântica, o artigo é considerado palavra acessória com valor de particularizador, ou generalizador do substantivo.

Por este ponto de vista o artigo, pode ser considerado como um marcador lingüístico que possibilita ao locutor marcar argumentativamente uma intenção na manifestação enunciativa, e ao alocutário investir de recursos significativos as marcas lingüísticas na busca de efeitos de sentidos.

Entretanto, Dias refere-se ao "problema do efeito de evidência do conceito", aparece principalmente quando observamos a diferença entre o estudo de uma classe de palavras numa gramática e o tópico referente a essa mesma classe num livro didático. Por isso quando se trata de classes gramaticais existem duas tendências em livros didáticos: Uma de linha mais conservadora que especificam as classes de palavras, outros de linha inovadora que não especificam, e a gramática só aparece nos exercícios.

Existe nestas tendências dois grandes problemas: O efeito de evidência de conceito que afeta a tendência conservadora; e o efeito de apagamento do conceito que afeta a tendência inovadora. Isto ocorre porque quem defende e quem se opõe

ao ensino da gramática na escola não tem clareza sobre o que defendem ou atacam:

> *"(...) há nas gramáticas a exposição de um saber sobre a língua que escapa ao conceito ou regra e que no conjunto reflete a flexibilidade do saber gramatical frente ás instabilidade constitutivas que envolvem o funcionamento da língua. O fenômeno gramatical da exceção uma das formas mais visíveis de manifestação dos usos que escapam à fixidez da regra." (Dias, 2001)*

Segundo Dias é preciso que compreendamos que apesar dessas regras e formas parecerem segundarias na gramática, elas são muito importantes para entendermos o funcionamento da língua.

Mauro Ferreira, no livro "Entre Palavras", define artigo como: a palavra que se coloca antes do substantivo para determiná-lo de forma geral ou exata. Essa forma geral também recebe a designação de ampla, vaga e são os artigos indefinidos. Já os de forma exata recebem a designação de partículas, e são os artigos definidos.

Todavia, Oliveira diz que o livro didático por ser norteado pela gramática tradicional não levando em consideração a textualidade nem o discurso, e por isso deve ser repensado, uma vez que a gramática tradicional não tem condições de falar que o artigo antecede o geral ou o específico, já que o geral e o específico são dados em grau relativo a alguma coisa ou alguém. Dessa forma a gramática "falha", porque não considera o discurso, na hora de classificar em definido ou indefinido.

Existem livros didáticos que dizem muito pouco sobre os artigos definidos e que falam do ser de forma precisa. Há casos que se usam o artigo definido e, no entanto não precisam de nenhum referente. Portanto é a língua que dá a possibilidade da construção com o artigo definido particularizando ou não o referente. Porém cabe ao discurso definir essa categoria classificatória entre os artigos.

Percebemos desta forma que o artigo definido faz sempre uma retomada, seja de natureza lingüística, ou de outra natureza, e temos o artigo indefinido que introduz um novo personagem no texto. Então a utilização dos artigos não são garantia para especificidade da referência, é no âmbito do discurso que a

referência ganha identidade. Pois não se pode observar os artigos sem que se atente para a observação do discurso como produtor de sentido e estaurador de uma referenciação precisa. Entretanto não podemos deixar de observar as regras gramaticais, porque necessitamos de sua estrutura para desenvolver o discurso escrito. É fato que a sociedade nos impõe a norma culta como único modelo da escrita considerado correto.

V – ANÁLISE MORFOSSINTÁTICA DO ARTIGO

Esta análise está centrada em mostrar a importância do artigo definido e indefinido, e como ele classifica e substantiva as palavras, dentro de revistas, frases de jornais e livros didáticos.

> *"Conhecido popularmente como chauá e pelos cientistas como Amazona brasiliensis, um mimoso, colorido papagaio brasileiro é cada vez mais raro nas matas e mais freqüente nas listas dos animais em extinção. Foi por isso que o biólogo Eládio Del Rosa, 47 anos, do instituto de Terras e Cartografia do Paraná, alegrou-se quando avistou um exemplar de chauá numa gaiola na ilha do Mel-paradisíaco recanto do litoral paranaense, com 2 420 hectares de matas e aves." (Isto é 2003)*

Conforme Ferreira o artigo é a palavra que se coloca antes do substantivo para determiná-lo de forma ampla ou exata. Esta forma ampla classifica como artigo indefinido: ***"um mimoso, colorido papagaio...."***. De forma exata classifica-se como artigo definido: ***"Foi por isso que o biólogo Eládio Del Rosa, 47 anos,...".***

Podemos perceber a importância dos artigos ***um*** e ***o***, em destaque no texto acima. Pois o artigo ***o*** que precede o substantivo biólogo está fazendo referência a um ser determinado. Porque não se trata de um biólogo qualquer, mas sim do biólogo Eládio. Nesse caso, podemos dizer que o artigo está definindo o substantivo. Já o artigo ***um,*** que se refere ao substantivo papagaio, indica um representante de uma determinada espécie de pássaros. Portanto a referência ao substantivo papagaio é imprecisa, indefinida.

Do ponto de vista mórfico, Savioli conceitua o artigo como uma palavra que serve para determinar ou indeterminar o substantivo:

Texto 01:

Atirador arremessa flecha.

Texto 02:

Um atirador arremessa uma flecha.

Texto 03:

O atirador arremessa a flecha.

Vimos a diferença dos textos: 01, 02, 03, os artigos ***o*** e ***um***, estão definindo e indefinindo, os substantivos ***atirador e flecha***. No texto 03 o artigo ***o*** deixa claramente definido com notoriedade o objeto, ***atirador*** e ***flecha***, introduzindo e caracterizando o substantivo. Enquanto no texto 02 o artigo indefinido: ***um atirador/uma flecha*** serve para generalizar e indeterminar os substantivos. Já no texto 01 os substantivos ***atirador*** e ***flecha*** sem o artigo, têm sentido mais vago e amplo.

O substantivo segundo Cunha,(2001) é a palavra que designamos ou nomeamos seres em geral. Do ponto de vista funcional, o substantivo é a palavra que serve, de núcleo do sujeito, do objeto direto e do agente da passiva. Pois toda palavra de outra classe que desempenhe uma dessas funções eqüivalerá forçosamente a um substantivo como: "***atirador e flecha***". Compartilhando com Cunha, Nicola e Ulisses Infante conceituam o Substantivo como a palavra que usamos para nomear seres, coisas e idéias. Pois é uma palavra variável, que apresenta flexões de gênero, número e grau.

> *Entretanto Perini (2001:.85) diz, que a falta de uma definição de substantivo que realmente possa explicar. Certamente as definições encontradas na gramáticas não estão corretas, a menos que deixamos de considerar essas palavras como substantivo.*

Segundo Luiz Francisco (2001), há uma instabilidade na identificação de substantivos e artigos justamente porque a relação entre a palavra, enquanto entidade de ordem lingüística, se apaga frente a sua exterioridade, enquanto entidade no mundo.

Essa instabilidade já se encontra instalada nas gramáticas as quais dão suporte no ensino da língua portuguesa introduzida pelos Livros Didáticos e com

relação a exterioridade nas gramáticas tradicionais ainda é muito precária. Percebemos que a gramática ainda é muito confusa porque as definições não são suficientes para descrever o comportamento gramatical.

Se pensarmos na época em que foram criadas essas regras, e na evolução dos tempos, vemos claramente a necessidade da pesquisa, a gramática é o ponto de partida. Como segundo Bagno (2001:18), *a Gramática Tradicional tem sérios problemas internos, suas regras, suas definições, seus conceitos muitas vezes são incoerentes paradoxais, confuso e até contraditório.*

Esses problemas muitas vezes não são visíveis, porque a gramática vem sendo ensinada nas escolas de forma incorreta, sem organização lógica, como por exemplo, as definições das classes gramaticais.

Em uma análise morfológica verificamos que a determinação dos substantivos ***atirador e flecha*** ganha sentido no momento que se coloca os artigos; ***um*** *e* **o**. E torna-se mais precisa, à medida que se passa do artigo indefinido; ***um,*** para o artigo definido ***o.***

No segundo texto, indica-se apenas a espécie dos substantivos que são apresentados ao ouvinte. No terceiro, restringe-se a extensão do significado dos substantivos, individualizando-os e definindo-os.

Desta forma as palavras em uma análise morfossintática, através da variação flexional nos mostra a exigência da concordância nominal ou verbal, como caracterização pertinente a cada frase como:

Antigamente fazíamos longas viagens.

Percebemos que há uma relação de dependência entre *fazíamos* e *nós.*(Concordância na primeira pessoa do plural), sem falar na combinação sintagma entre o advérbio *antigamente* e o emprego do pretérito imperfeito do indicativo em *fazíamos.*

Em uma análise lexical, a estrutura das palavras e seus processos de formação, funciona como paradigma diferentes: *jogar/ jogador*, *belo/beleza* Vemos que *jogador* relaciona-se derivacionalmente com *jogar*, por meio do

sufixo derivacional *dor*; o mesmo podemos dizer de *beleza* que se deriva de *belo* através do sufixo derivacional *eza*

Desta maneira *jogar* e *jogador*, *belo* e *beleza* são palavras distintas, pertencentes a paradigmas distintos. Pois é lexical quando a diferença é estabelecida no léxico; não é lexical, se os seus termos forem, selecionados pela gramática.

Depois de analisarmos morfologicamente as palavras, podemos ver a importância dos artigos nos textos a seguir:

Texto: 01

Nossas dúvidas são traidoras e nos fazem perder o que, com freqüência, podemos ganhar, por simples medo de arriscar (William Shakespeare, Plenitude 2003 :. 10)

Texto: 02

"Como são sábios os que são tolos somente em amor!" (Sacconi 2001 : 168)

Texto: 03

"O FMI não tem nada a ver com a reforma. O considero como um bode expiatório de tudo.." (Lobão. Plenitude 2003 :.13)

Texto: 04

"Saia a campo para vender sua pequena produção e não desanime se receber um não como resposta" (Plenitude 2003 : 42)

Texto: 05

" *(...) o mais comum nos dias de hoje é uma* sociedade composta por pessoas sem rumo...". (Plenitude 2003 : 53)

Observamos então, que os artigos desempenham um papel muito importante para classificar e determinar o sentido das frases. Como no texto 01, o artigo ***o*** está substantivando o pronome relativo ***que.*** Pois, ***o que*** substitui o objeto perdido do texto que está implícito. Assim também no texto 02, o artigo ***os*** está classificando o pronome relativo ***que*** .Implicitamente o artigo definido ***os*** serve como sujeito que recebe o título de sábios.

Então percebemos que o texto 01 e 02 gramaticalmente os artigos definidos ***o*** e ***os*** juntos com pronome relativo ***que*** estão ocupando o lugar de sujeitos ocultos. Portanto o emprego do artigo antes de um pronome determinado, no aspecto funcional, não tem apenas valor estilístico, mas corresponde a uma clara distinção significativa.

> *De acordo com Cunha (2001:.206) o artigo é um signo que exige a presença de outro com qual se associa em sintagma: um signo dependente. Ou seja o artigo pertence ao tipo de signos que se agrupam em paradigmas, como: os signos morfológicos, cujo os conteúdos são os morfemas que constituem o sistema gramatical, em oposição aos signos léxicos, caracterizados por construírem inventários abertos, ilimitado.*

Analisamos que o artigo sozinho nada significa, ou seja, é um mero designativo sem determinante funcional. Anteposto a uma palavra consegue substantiva-la, determinando-a como nomeação de um ser implícito ou explícito conforme a contextualização estrutural.

A presença do artigo ***a*** antes do verbo ***ver,*** no texto 03 está determinando que o FMI não é responsável pela reforma. Eqüivale dizer: "*O FMI é um problema distinto à reforma*". Gramaticalmente quando um artigo antecede um verbo, este verbo perde o valor de determinação morfológica, estando este no infinitivo impessoal na 2º terminação, como o verbo *ver* que tornou-se uma palavra substantivada por vir acompanhada de um artigo.

No texto 04 e 05 os artigos ***um*** e ***o*** estão modificando e classificando os advérbios ***não*** de negação e ***mais*** de intensidade. Como se vê o artigo e o advérbio: ***um não***, no primeiro texto, eqüivale dizer que " ***Um não*** é uma resposta que os produtores poderão receber, se isso acontecer não precisam desanimá-los." Enquanto, no segundo o advérbio ***mais*** está referindo a quantidades maior de pessoas desesperadas, sem perspectivas de vida. Podemos, então, usar às vezes o artigo definido junto ao advérbio de intensidade para exprimir quantidade específica de um gênero, de uma categoria, de um grupo, de uma substância.

Para Maria Helena o uso dos artigos definidos e indefinidos antes de pronomes, advérbios e verbos ocorre, em geral, em sintagma em que estão contidas as informações conhecidas tanto do falante como do ouvinte. O que determina sua presença, entretanto, é a intenção do falante e o modo como ele quer comunicar uma determinada experiência. No entanto o uso do artigo é , pois, extremamente dependente das circunstâncias, lingüísticas ou não, que cercam a produção do enunciado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos problemas apresentados pelas gramáticas tradicionais, que dificultam a aprendizagem, o aluno sente-se confuso e considera-se alheio à própria produção lingüística que o envolve. Por isso em se tratando do conceito do artigo definido e indefinido, o discente conhece apenas definições, muitas vezes tornando-se estático e confuso.

Jamais concordaríamos que o ensino da gramática normativa é desnecessário para se conhecer o funcionamento das classes gramaticais no processo comunicacional e na estrutura do discurso, ao contrário, é imprescindível ensiná-la. Entretanto as definições gramaticais abordadas no Livro Didático são arcaicas e insuficientes para mostrar a importância da função do artigo, tanto no discurso oral quanto no escrito.

Desta maneira, os próprios falantes desconhecem o quanto o artigo contribui, com seu poder expressivo, para dar mais ênfase nas distribuição dos sentidos, e para harmonia da frase. Sendo um morfema de aparência insignificante, mas na realidade tem grande valor expressivo e estilístico.

Portanto esta análise abordou reflexões sobre o artigo definido e indefinido e propôs ao professor de língua portuguesa refletir em torno da eficiência dos métodos pelos quais pretende-se ensinar essa disciplina nas escolas brasileiras.

Queremos deixar bem claro que não somos contra o uso da gramática, mas sim adversos à maneira como esta vem sendo abordada nos Livros Didáticos. Isto porque a forma como vem sendo trabalhada é tradicional e mecânica tornando-a isolada do contexto e consequentemente deixando as definições cada vez mais confusas.

Enfim, esse processo de transformações no ensino não depende apenas de uma ação isolada e sim de um conjunto de ações, envolvendo professores, pais alunos e toda a sociedade no objetivo de contextualizar o ensino da gramática normativa ao cotidiano das pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder** –São Paulo, editora: Martins Fontes, 1994.

PERINI, Maria A. **Gramática descritiva do português** – São Paulo, editora: Ática, 2002.

LIMA, Rocha. **Gramática da língua portuguesa** – São Paulo, editora: José Olimpo, 1992.

CARONE, Flavia Barros de. **Morfossintaxe** –São Paulo, editora: Ática, 2002.

LUFT, Celso Pedro. **Moderna gramática brasileira** – São Paulo, editora: Globo, 1996.

SACCONE, Luiz Antônio. **Nossa gramática brasileira** – São Paulo, editora: Pontes, 2002.

CEGALLA, Domingo Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa** – São Paulo, editora: Nacional, 1981.

MONTEIRO, José Lemos. **Morfologia Portuguesa** – São Paulo, editora: Pontes, 2002.

CUNHA, Celso. **Gramática do português contemporâneo** – Belo Horizonte. Editora: Nova Fronteira, 2001.

LAROCA, Maria Nazaré de Carvalho. **Manual de morfologia do português** – Campinas, editora: Pontes, 1994.

ROSA, Maria Carlota. **Introdução à morfologia** – São Paulo, editora: Contexto 2002.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português** – São Paulo, editora: Unesp, 2000.

TRAVAGLIA, Luís Carlos. **Gramática interação** –São Paulo, editora: Cortez, 1997.

BECHARA, Evanildo. **Ensino da gramática: Opressão ou liberdade?** – São Paulo, editora: Ática, 2002.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática histórica** – Rio de Janeiro, editora: Revista, 1976.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa** – Rio de Janeiro, editora: Revista Ampliada, 2001.

MATOSSO, Camara Joaquim. **A estrutura da língua portuguesa** – Petrópolis, editora: Vozes, 1994.

FARACO e MOURA. **Gramática** – São Paulo, editora: Ática, 1992.

SAVIOLI, Francisco Platão. **Gramática em 44 lições** – São Paulo, editora: Àtica, 1990.

BAGNO, Marcos. **Português ou brasileiro?** – São Paulo, editora: Parábola, 2002.

NICOLA e INFANTE, José de, Ulisses. **Gramática contemporânea da língua portuguesa**– São Paulo, editora: Scipione, 1994.